

Eugênio Pacelli

Curso de
**PROCESSO
PENAL**

**26^a
Edição**

—
revista
atualizada
reformulada

2022



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo

Tel: (11) 3582.5757

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Diagramação: SBNigri Artes e Textos Ltda. (sbnigri@centroin.com.br)

Capa: Ana Caquetti

• A Editora JusPODIVM passou a publicar esta obra a partir da 26.ª edição.

P115c Pacelli, Eugênio.
Curso de Processo Penal / Eugênio Pacelli – 26. ed. rev. ampl. e atual. – São Paulo:
Editora JusPodivm, 2022.
960 p.
ISBN 978-85-442-3542-3
1. Direito penal – Brasil. 2. Processo penal I. Título.

19-60543

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.



Sumário

CAPÍTULO 1 – O PROCESSO PENAL BRASILEIRO	23
1.1 O Código de Processo Penal.....	23
1.2 A Constituição da República de 1988 e o Processo Constitucional	25
1.3 O sistema acusatório.....	26
1.4 Sistemas processuais incidentes: o modelo brasileiro	30
CAPÍTULO 2 – LEIS E PROCESSO PENAL NO TEMPO E NO ESPAÇO...	33
2.1 Tratados e convenções internacionais	33
2.2 A jurisdição dos tribunais penais internacionais.....	34
2.3 Leis processuais no espaço e no tempo	38
CAPÍTULO 3 – SISTEMA DOS DIREITOS E PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS	45
3.1 Estado Democrático de Direito e postulados de interpretação	45
3.2 Garantismo e intervenção penal	46
3.3 A base ou estrutura principiológica.....	48
3.3.1 O justo processo: devido processo legal	50
3.3.1.1 Juiz natural	50
3.3.1.2 Direito ao silêncio e não autoincriminação	52
3.3.1.3 Contraditório	54
3.3.1.4 Ampla defesa.....	56

3.3.1.5	Estado ou situação jurídica de inocência	59
3.3.1.6	Vedação de revisão pro societate	60
3.3.1.7	Inadmissibilidade das provas obtidas ilicitamente	63

CAPÍTULO 4 – A FASE PRÉ-PROCESSUAL: A INVESTIGAÇÃO

	CRIMINAL.....	65
4.1	Inquérito policial.....	69
4.1.1	Procedimento.....	75
4.1.2	Poder de polícia e representação ao juiz: capacidade postulatória?	80
4.1.3	Arquivamento	81
4.1.3.1	Arquivamento indireto	87
4.1.3.2	Conflito de atribuições no âmbito do Ministério Público	88
4.1.4	Inquérito policial e extinção da punibilidade	90
4.2	Investigações administrativas	95
4.3	Lei de Abuso de Autoridade	104

CAPÍTULO 5 – DA AÇÃO PENAL..... 107

5.1	A estrutura dialética do processo: potencialização da ampla defesa.....	107
5.2	Ação e processo	111
5.2.1	Pretensão e lide	111
5.3	Condições da ação	113
5.3.1	Interesse de agir	114
5.3.2	Legitimidade	115
5.3.3	Possibilidade jurídica do pedido	117
5.3.4	Condições de procedibilidade	118
5.3.5	A justa causa	122
5.4	Pressupostos processuais.....	124
5.4.1	Pressuposto de existência	124
5.4.2	Requisitos de validade.....	126
5.5	Ação penal pública incondicionada.....	128
5.5.1	Ação (penal) popular e crime de responsabilidade.....	128
5.5.2	Ação penal pública incondicionada: princípio fundamental: a obrigatoriedade.....	130

5.5.2.1	Acordo de não persecução penal.....	132
5.5.3	Indisponibilidade e outras regras processuais	137
5.5.4	Critério de definição da legitimação ativa.....	138
5.5.5	Discricionariiedade regrada	139
5.6	Ação penal pública condicionada	141
5.6.1	Prazo decadencial da representação	144
5.6.2	Capacidade ou legitimação para representar	144
5.6.3	Retratação	145
5.6.4	Legitimação concorrente ou alternativa?	146
5.7	Ação penal privada	147
5.7.1	Legitimação ativa.....	150
5.7.2	Disponibilidade.....	152
5.7.2.1	Renúncia.....	152
5.7.2.2	Perempção e desistência	155
5.7.2.3	Perdão	156
5.7.3	Indivisibilidade	157
5.7.4	Decadência	161
5.7.5	Crimes contra a dignidade sexual	162
5.8	Ação privada personalíssima	163
5.9	Ação privada subsidiária da pública.....	164
5.10	Denúncia e queixa.....	167
5.10.1	Crimes coletivos e individualização da conduta	168
5.10.2	Acusação genérica e acusação geral	168
5.10.3	Aditamento.....	170
5.10.4	Litisconsórcio	171
5.10.5	Prazo.....	172
5.10.6	Capitulação.....	173
5.10.7	Rejeição.....	174
5.10.8	Omissões.....	176
5.11	Extinção da punibilidade	176
CAPÍTULO 6 – AÇÃO CIVIL EX DELICTO.....		179
6.1	Generalidades	179
6.2	Prejudicialidade.....	181

6.3	Objeto	182
6.4	Legitimação.....	183
6.5	Subordinação temática e eficácia preclusiva.....	183
6.5.1	Nas decisões condenatórias.....	183
6.5.2	Nas decisões absolutórias	184
6.5.3	A negativa de autoria	186
6.6	Responsabilidade civil de terceiros.....	188
6.7	A legitimação do Ministério Público.....	190
CAPÍTULO 7 – JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA.....		193
7.1	Jurisdição e repartição de competência	193
7.2	Juiz natural e competência absoluta: competência de jurisdição.....	195
7.3	Prerrogativa de função (<i>ratione personae</i>)	197
7.3.1	Crimes comuns e crimes de responsabilidade.....	197
7.3.2	Crítério da simetria	199
7.3.3	Crítério de regionalização	204
7.3.3.1	Deputados Estaduais e Prefeitos.....	204
7.3.3.2	A extensão dos foros privativos nas Constituições Estaduais.....	206
7.3.4	Prerrogativa de função e natureza do crime.....	208
7.3.5	Processo e procedimentos	210
7.3.5.1	Competência originária.....	210
7.3.5.2	O exercício efetivo do cargo.....	211
7.3.5.3	Foro privativo e procedimento	214
7.3.5.4	Prerrogativa de função, concurso de agentes e concurso de crimes.....	215
7.4	Imunidades materiais e imunidades formais ou processuais.....	219
7.5	Competência em razão da matéria (<i>ratione materiae</i>).....	221
7.5.1	Competência da Justiça Federal.....	222
7.5.1.1	A casuística constitucional.....	230
7.6	Competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral	241
7.7	A competência territorial.....	243
7.7.1	Competência relativa e competência absoluta.....	244
7.7.2	Crítérios de determinação da competência infraconstitucional ...	245

7.7.2.1	O lugar	245
7.7.2.2	A natureza da infração.....	248
7.7.2.3	O domicílio ou residência do réu.....	250
7.7.2.4	A prevenção.....	250
7.7.2.5	A distribuição.....	252
7.8	Modificação de competência e <i>perpetuatio jurisdictionis</i>	253
7.8.1	<i>Desclassificação</i>	257
7.8.2	Conexão.....	261
7.8.3	<i>Continência</i>	263
7.8.4	Unidade de processo e de julgamento	263
7.8.5	Eleição do juízo prevalente.....	265
7.8.6	Separação de processos conexos e/ou continentes.....	269
7.8.7	Prorrogação de competência.....	270
 CAPÍTULO 8 – DAS QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES		271
8.1	Das questões prejudiciais	271
8.2	Dos processos incidentes	273
8.2.1	Das exceções.....	273
8.2.1.1	Exceção de suspeição, impedimento ou incompatibilidade ...	275
8.2.1.2	Exceção de incompetência	278
8.2.1.3	Demais exceções	280
8.3	Do conflito de jurisdição.....	281
8.4	Da restituição de coisas apreendidas	287
8.5	Das medidas assecuratórias	289
8.5.1	Sequestro.....	290
8.5.2	Especialização de hipoteca	293
8.5.3	Arresto	294
8.5.4	Medidas assecuratórias previstas na lavagem de dinheiro e ativos (Lei nº 9.613/98, com redação dada pela Lei nº 12.683/12)	295
8.5.5	Da alienação antecipada de bens arrestados, hipotecados ou objeto de sequestro – Lei nº 12.694/12	295
8.6	Do incidente de falsidade.....	297
8.7	Da insanidade mental do acusado	298

CAPÍTULO 9 – DA PROVA	301
9.1 Teoria da prova.....	301
9.1.1 O mito e o dogma da verdade real	305
9.1.2 A distribuição do ônus da prova e a iniciativa probatória do juiz ...	307
9.1.3 O livre convencimento motivado e a íntima convicção	311
9.1.3.1 A prova tarifada ou sistema das provas legais	311
9.1.3.2 O livre convencimento motivado: persuasão racional	312
9.1.3.3 Hierarquia e especificidade de provas	313
9.1.4 Direito e restrições à prova.....	315
9.1.4.1 A inadmissibilidade das provas ilícitas.....	315
9.1.4.2 A teoria dos frutos da árvore envenenada	332
9.1.4.3 A teoria do encontro fortuito de provas.....	334
9.1.4.4 A prova ilegítima: a prova emprestada	336
9.1.4.5 O aproveitamento da prova com exclusão da ilicitude.....	337
9.1.4.6 O aproveitamento da prova ilícita: proporcionalidade, proibição de excesso (vedação de proteção deficiente?)	341
9.2 Meios de prova	346
9.2.1 Do interrogatório.....	346
9.2.1.1 Direito ao silêncio e não autoincriminação	349
9.2.1.2 Intervenções corporais.....	354
9.2.1.3 Procedimento.....	366
9.2.2 Da confissão	375
9.2.3 Da prova testemunhal.....	376
9.2.3.1 Capacidade para testemunhar	377
9.2.3.2 O compromisso de dizer a verdade.....	378
9.2.3.3 Dispensa do dever de depor.....	378
9.2.3.4 Proibição do testemunho.....	380
9.2.3.5 Testemunhas, declarantes, informantes e outros.....	381
9.2.3.6 Regras procedimentais gerais	383
9.2.3.7 Proteção à testemunha: Lei nº 9.807/99	386
9.2.4 <i>Da prova pericial</i>	388
9.2.4.1 A cadeia de custódia	391
9.2.4.2 O exame de corpo de delito	394
9.2.4.3 Outras perícias.....	396

9.2.4.4	Prova pericial e contraditório	396
9.2.5	Das perguntas ao ofendido.....	397
9.2.6	Do reconhecimento de pessoas e coisas	399
9.2.7	Da acareação	400
9.2.8	Dos documentos.....	400
9.2.9	Dos indícios.....	402
9.2.10	Da busca e apreensão	403
CAPÍTULO 10	- SUJEITOS DO PROCESSO.....	407
10.1	Partes e relação processual.....	407
10.1.1	Parte (no sentido) formal e parte (no sentido) material	410
10.2	Do juiz	411
10.2.1	Imparcialidade	411
10.2.2	Poderes gerais e iniciativa probatória	416
10.2.3	Juiz natural	418
10.2.4	Princípio da identidade física do juiz	418
10.3	Do Ministério Público	419
10.3.1	A imparcialidade	420
10.3.2	Suspeição, impedimento e incompatibilidade: consequências.....	421
10.3.3	O promotor natural	423
10.3.4	Atividades investigatórias.....	429
10.4	Do acusado.....	430
10.5	Do defensor.....	432
10.6	Da assistência.....	437
10.6.1	Legitimação	438
10.6.2	O assistente como <i>custos legis</i>	439
10.6.3	Faculdades processuais	440
10.6.4	Recurso de sentença penal condenatória	442
10.6.5	Procedimento.....	443
10.7	Peritos, intérpretes e funcionários da justiça.....	444
10.8	Ofendido?.....	445

CAPÍTULO 11 – DA PRISÃO, DAS MEDIDAS CAUTELARES E DA LIBERDADE PROVISÓRIA	447
11.1 As regras das prisões e da liberdade provisória: as medidas cautelares pessoais.....	447
11.2 As determinações constitucionais da não culpabilidade	450
11.3 Princípio fundamental das medidas cautelares: o postulado da proporcionalidade.....	453
11.4 As medidas cautelares, diversas das prisões	459
11.4.1 Regras gerais da aplicação	468
11.4.1.1 Poder geral de cautela?.....	471
11.4.1.2 A fiança e seu cabimento	472
11.4.2 Procedimento das cautelares.....	473
11.5 A prisão em flagrante.....	480
11.5.1 Considerações gerais.....	480
11.5.2 Flagrante esperado e flagrante preparado (provocado).....	482
11.5.3 Flagrante diferido (controlado).....	486
11.5.4 Missões/funções da prisão em flagrante.....	487
11.5.5 Prisão em flagrante e situações especiais.....	488
11.5.6 Audiência de custódia.....	492
11.6 Prisão temporária.....	495
11.6.1 Prisão temporária e o art. 313, I, CPP.....	498
11.7 Prisão preventiva.....	499
11.7.1 Requisitos fáticos: situações legais de risco à persecução penal....	504
11.7.2 Requisitos normativos: definição dos crimes passíveis de decretação de prisão preventiva	509
11.7.2.1 Exceções ao teto do art. 313, I, CPP.....	511
11.7.3 Prazo: a construção jurisprudencial.....	513
11.7.4 Prisão preventiva <i>ex officio</i>	516
11.7.5 Vedação legal à prisão preventiva.....	518
11.8 Prisão domiciliar	519
11.9 O ato prisional: generalidades	521
11.10 Prisão especial	526
11.10.1 O Parlamento e as cautelares pessoais no processo penal	528

11.11	Prisão para extradição e prisão civil	532
11.12	A liberdade provisória com e sem fiança	532
11.12.1	Relaxamento da prisão	538
11.12.2	Liberdade provisória com fiança	539
11.12.2.1	Cautelares de ofício e sistema acusatório	542
11.12.2.2	Procedimento da fiança	545
11.12.3	A restituição da liberdade do art. 283, § 1º, do CPP	549
11.12.4	A inafiançabilidade constitucional e a vedação <i>ex lege</i> à liberdade	550
11.12.5	Execução provisória	553
 CAPÍTULO 12 – DAS CITAÇÕES E INTIMAÇÕES		555
12.1	Das citações	555
12.1.1	Espécies de citação	555
12.1.2	Citação do réu preso	562
12.1.3	Citação do incapaz	564
12.1.4	Revelia e suspensão do processo e do prazo prescricional	564
12.2	Das intimações	568
 CAPÍTULO 13 – DOS ATOS PROCESSUAIS E DOS ATOS JUDICIAIS ...		571
13.1	Dos atos processuais	571
13.1.1	Dos prazos processuais	573
13.2	Dos atos judiciais	577
13.2.1	Decisões interlocutórias	577
13.2.2	Decisões com força de definitivas	581
13.2.3	Sentenças	582
13.2.3.1	A correlação entre sentença e pedido	584
13.2.3.2	Emendatio libelli	586
13.2.3.3	Mutatio libelli	590
13.2.3.4	Motivação e dispositivo das sentenças	596
13.2.3.5	Intimação da sentença	603
13.2.4	Coisa julgada em matéria penal	604

CAPÍTULO 14 – DOS PROCEDIMENTOS.....	611
14.1 Processo e procedimento	611
14.2 Procedimento comum	614
14.2.1 Procedimento ordinário	615
14.2.2 Procedimento sumário	629
14.3 Da suspensão do processo	631
14.3.1 Suspensão do processo: direito ou discricionariedade?	638
14.3.2 Revogação e cumprimento da suspensão.....	640
14.3.3 Ação privada	641
14.3.4 Cabimento: concurso de crimes, tentativa, causa de aumento e de diminuição.....	642
14.4 Do procedimento do Tribunal do Júri	643
14.4.1 Anotações introdutórias	643
14.4.2 Da acusação e da instrução preliminar.....	645
14.4.2.1 Absolvição sumária	648
14.4.2.2 Desclassificação	651
14.4.2.3 Impronúncia.....	653
14.4.2.4 Pronúncia	655
14.4.3 Da fase de julgamento.....	658
14.4.3.1 Da preparação do processo para julgamento em plenário.....	658
14.4.3.2 Do desaforamento	660
14.4.3.3 Jurados: recusas, imparcialidade	661
14.4.3.4 Da reunião e das sessões do Tribunal do Júri	662
14.4.3.5 Da quesitação	663
14.4.3.6 Da instrução em plenário.....	667
14.5 Dos Juizados Especiais Criminais.....	673
14.5.1 Considerações gerais.....	673
14.5.2 Infrações de menor potencial ofensivo.....	675
14.5.3 A transação penal: direito subjetivo ou discricionariedade?	679
14.5.4 Competência e atos processuais	681
14.5.5 O rito nos Juizados Criminais.....	682
14.6 Juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher: Lei nº 11.340/06.....	693

14.6.1	Considerações gerais.....	693
14.6.2	Competência cível e criminal: limitações constitucionais	695
14.6.3	Procedimentos e medidas cautelares	697
14.6.4	Medidas protetivas de urgência	701
14.7	Processo e procedimentos especiais	703
14.7.1	Dos processos de competência originária.....	703
14.7.2	Crimes contra a honra	708
14.7.3	Crimes de responsabilidade de funcionários públicos.....	709
14.7.4	Crimes de tráfico de drogas.....	712
14.7.5	Processo penal eleitoral	732
14.7.6	Crimes falimentares	736
14.7.7	Colegiados de primeiro grau e organizações criminosas na Lei nº 12.694/12	739
14.7.8	A Lei de Organizações Criminosas – Lei nº 12.850/13	744
14.7.9	Crimes de lavagem de dinheiro e ativos (Lei nº 9.613/98, com redação dada pela Lei nº 12.683/12)	795
14.7.10	Lei do Tráfico de Pessoas	801
14.7.11	Lei nº 13.285/16	802
14.7.12	Da infiltração policial na internet	803
14.8	Procedimentos e conexão e/ou continência	804
CAPÍTULO 15 – DAS NULIDADES.....		807
15.1	Atos inexistentes.....	808
15.2	Nulidades e ilicitudes na investigação	809
15.3	Nulidade absoluta e nulidade relativa	813
15.4	Nulidades: efeito devolutivo dos recursos e vedação da <i>reformatio in pejus</i>	815
15.5	A regra do interesse nas nulidades.....	819
15.7	Causalidade: derivação das nulidades.....	821
15.7.1	Nulidade e incompetência absoluta	825
15.8	Convalidação	828
15.9	A casuística do Código de Processo Penal.....	829

CAPÍTULO 16 – DOS RECURSOS	833
16.1 Teoria dos recursos	833
16.1.1 Princípios.....	837
16.1.1.1 O duplo grau	837
16.1.1.2 A voluntariedade dos recursos	838
16.1.1.3 A unirrecorribilidade.....	840
16.1.1.4 A fungibilidade dos recursos	841
16.1.1.5 A vedação da reformatio in pejus.....	842
16.1.2 Regras: complementaridade, complementaridade e outras.....	844
16.1.3 Disponibilidade	845
16.1.4 Efeitos dos recursos.....	846
16.1.4.1 Efeito suspensivo	846
16.1.4.2 Efeito devolutivo.....	847
16.1.4.3 Efeito extensivo e iterativo	848
16.1.5 Classificações dos recursos.....	849
16.1.6 Juízo de admissibilidade dos recursos	850
16.1.6.1 Requisitos objetivos.....	852
16.1.6.2 Requisitos subjetivos.....	855
16.2 Da apelação	859
16.2.1 Cabimento	860
16.2.2 Efeitos.....	863
16.2.3 Procedimento.....	866
16.3 Do recurso em sentido estrito	871
16.3.1 Cabimento	872
16.3.2 Procedimento.....	877
16.3.3 Efeitos.....	877
16.4 Embargos infringentes ou de nulidade	878
16.5 Embargos declaratórios.....	881
16.6 Embargos de divergência	884
16.7 Carta testemunhável	884
16.8 Agravo de execução	885
16.9 Correição parcial.....	886
16.10 Recurso ordinário, extraordinário e especial	887

16.10.1 Recurso ordinário.....	889
16.10.2 Recurso especial.....	892
16.10.3 Recurso extraordinário.....	897
16.11 Ações autônomas	901
16.11.1 Mandado de segurança.....	901
16.11.2 Ação de revisão criminal.....	904
16.11.3 <i>Habeas corpus</i>	911

**CAPÍTULO17 – RELAÇÕES INTERNACIONAIS COM AUTORIDADE
ESTRANGEIRA..... 931**

17.1 Cartas rogatórias	933
------------------------------	-----

REFERÊNCIAS 939

ÍNDICE REMISSIVO 945